



V - Criar comissões, designar representações, coordenações, delegações, visando ao melhor desenvolvimento das atividades afins da Associação.

Parágrafo Único - Todo sócio que integre a Diretoria Executiva e que venha a se candidatar a cargo publico eletivo, ficará automaticamente afastado da função a partir do registro de sua candidatura e durante o período da campanha eleitoral, retornando, automaticamente, às suas atividades, quando liberado dessa situação.

Artigo 21 - Compete ao Presidente:

I - Convocar e presidir as Assembleias Gerais, bem como todas as reuniões da Diretoria, dirigindo e orientando os trabalhos, proferindo o seu voto, e, em caso de empate, votará novamente para desempatar;

II - Visar contas e assinar os livros da Entidade;

III - Assinar, conjuntamente com o 1º. Tesoureiro ou seu substituto legal, qualquer documento que envolva responsabilidade financeira;

IV - Representar a Associação ativa e passivamente em juízo ou fora dele, em todas as atividades e solenidades externas, de caráter oficial ou extraoficial, falando, agindo e opinando em seu nome;

V - Defender em qualquer juízo ou instância os interesses da Associação, para isso constituindo mandatário com poderes da cláusula "ad judicia";

VI - Receber, em nome da Associação, toda e qualquer contribuição em dinheiro, doações de bens móveis ou imóveis, subsídios, subvenções, verbas ou quaisquer outros valores dos poderes públicos constituídos, ou seus órgãos específicos e relacionados à questão da Criança e da Família;

VII - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno, as Resoluções, as Deliberações da Diretoria e as propostas do Conselho Fiscal, aprovadas em Assembleia;

VIII - Ordenar e exigir o fiel cumprimento de todas as normas adotadas para o desenvolvimento das atividades afins da Associação;

IX - Opinar e decidir sobre licença para o tratamento de saúde dos funcionários, esquemas de serviços e substituições;

